



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
SECULT/CONSEC - Conselho Estadual de Política Cultural

Ata

48ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

14/05/2025

Aos 14 dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, após verificação de quórum em segunda chamada, o conselheiro José Oliveira Júnior, suplente, abriu a 48ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma online, com a presença verificada de 29 membros titulares e 18 membros suplentes, quais sejam:

1. Maristela Rangel Pinto - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Poder Público Titular
2. José Oliveira Junior - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Poder Público Suplente
3. Itallo Marcos Ribeiro Gabriel - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Poder Público Titular
4. Petterson Menezes Tonini - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Poder Público Titular
5. Verônica Ildefonso Cunha Coutinho - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Poder Público Titular
6. Maria Luiza Reis Jardim - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Poder Público Suplente
7. Ramon Diniz - Associação Mineira de Municípios - Poder Público Suplente
8. Fernando Antônio Tibúrcio de Oliveira - Empresa Mineira de Comunicação - Poder Público Titular
9. Matheus Ferreira Lima Rufino - Empresa Mineira de Comunicação - Poder Público Suplente
10. Ivan dos Santos Cândido - Fundação Clóvis Salgado - Poder Público Titular
11. Adriano Maximiano da Silva - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - Poder Público Titular
12. Vanusa Rodrigues Chaveiro - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - Poder Público Suplente
13. Luis Gustavo dos Santos Dutra - Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo - Poder Público Titular
14. Débora Balarini Nery Martins - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Poder Público Suplente
15. Nina Abreu Carvalho - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Poder Público Suplente
16. Izabella Cristina Rosa Nigri - Secretaria de Estado de Educação - Poder Público Titular

17. Eduardo Silva da Silveira - Secretaria de Estado de Fazenda - Poder Público Titular
18. Sílvia Maria da Cunha Martins Pinheiro - Secretaria de Estado de Governo - Poder Público Titular
19. Maria da Penha Siqueira de Araújo - Secretaria de Estado de Governo - Poder Público Suplente
20. André Luiz Veloso Ferreira - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Poder Público Titular
21. Werlen Fonseca Vieira - Artesanato - Sociedade Civil Titular
22. Aryanne Ribeiro - Audiovisual e Novas Mídias - Sociedade Civil Titular
23. Terezinha Lucia de Avelar - Audiovisual e Novas Mídias - Sociedade Civil Suplente
24. Rodrigo Hildebrando Robleno - Circo - Sociedade Civil Titular
25. Beatriz de Souza Resende - Circo - Sociedade Civil Suplente
26. Daiany Soares Sarmento - Cultura alimentar e gastronomia - Sociedade Civil Titular
27. Luis Fabiano dos Santos - Culturas afro-brasileiras - Sociedade Civil Titular
28. Eni Carajá Filho - Culturas indígenas - Sociedade Civil Titular
29. Thaynã Fernandes Araújo Paes - Culturas populares e tradicionais - Sociedade Civil Titular
30. Jussara Braga Bastos - Danças - Sociedade Civil Titular
31. Wenderson Godoi dos Santos - Danças - Sociedade Civil Suplente
32. Antonio Carlos Pimenta Diniz - Design e artes visuais - Sociedade Civil Titular
33. Gicelaine Pinheiro Leite Bicalho - Design e artes visuais - Sociedade Civil Suplente
34. Pedro Márcio Nascimento Pizelli - Entidades sociais culturais - Sociedade Civil Titular
35. Marina Coutinho Azze - Entidades sociais culturais - Sociedade Civil Suplente
36. Mary Figueiredo Arantes - Moda - Sociedade Civil Titular
37. Carlos Alexandre Ribeiro Batista - Moda - Sociedade Civil Suplente
38. Andressa Iza Gonçalves - Museus, espaços de memória e acervos - Sociedade Civil Titular
39. Jeferson Rios Domingues - Museus, espaços de memória e acervos - Sociedade Civil Suplente
40. Leandro César da Silva - Música - Sociedade Civil Titular
41. Cassiano Alves Maçaneiro - Música - Sociedade Civil Suplente
42. Platinny Dias de Paiva - Patrimônio cultural - Sociedade Civil Titular
43. Charles Moraes De Lima - Patrimônio cultural - Sociedade Civil Suplente
44. Luciene da Silva Nogueira - Política Estadual de Cultura Viva - Sociedade Civil Titular
45. João Carlos Freitas da Silva - Política Estadual de Cultura Viva - Sociedade Civil Suplente
46. Lucas Cristian de Oliveira (Sidrach) - Produção cultural e técnica - Sociedade Civil Titular
47. Morrison de Oliveira - Teatro - Sociedade Civil Titular

PAUTAS

Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)

A reunião teve início com o anúncio da pauta principal, focada na distribuição dos recursos da PNAB para 2025, iniciada por José Oliveira Junior. Apresentou os valores globais da PNAB e os cenários propostos para a distribuição dos recursos. O valor total disponível para o ciclo é de R\$ 106.969.151,32, dos quais R\$ 26.742.287,82 são destinados ao PAC (Plano Anual de Aplicação de Recursos). Valores fixos incluem R\$ 13.371.143,91 para a Política Estadual de Cultura Viva (PECV – 10%), R\$ 6.000.000,00 para operacionalização, e R\$ 40.113.431,74 para mestres, mestras e grupos de culturas populares e tradicionais (30%). Para mostras e festivais segmentados, o valor é de R\$ 18.000.000,00. O valor líquido disponível para discussão era de R\$ 29.484.575,67.

Foram inicialmente apresentados três cenários da reunião anterior, propostos pelos conselheiros: um baseado na demanda de 2024, um de divisão igualitária por segmentos e um de média entre demanda e divisão igualitária. Além desses, surgiram novas propostas:

Cenário 4 e 5: Sugestões da plenária anterior, envolvendo médias entre grupos de segmentos.

Cenário 6: Considerava a demanda das Leis Aldir Blanc 1 e Paulo Gustavo, além da PNAB.

Cenário 7: Sugestão de Rodrigo Robleño, buscando equilibrar os recursos para áreas com menor participação.

Cenário 8: Sugestão de Aryanne Ribeiro, após consulta ao segmento audiovisual, buscando uma distribuição mais equilibrada com base nas aplicações de fomento anteriores (LAB1, Lei Paulo Gustavo, PNAB ciclo 1).

José Oliveira Junior: explicou que o objetivo da reunião era definir qual cenário de distribuição de recursos entre os segmentos seria adotado. Ele também informou que a futura organização interna dos recursos de cada segmento seria trabalhada com linhas de ação para promoção da memória, formação, circulação e criação/produção.

Marina Azze e Werlen Fonseca: questionaram o uso da demanda da PNAB anterior como base, argumentando que ela não refletia a demanda real dos setores devido a limitações nos editais e falta de informação.

Godoi: alertou para a grande discrepância na distribuição de recursos entre setores (ex: música e museus) e reforçou a urgência de um sistema robusto de informações e indicadores culturais, argumentou que Minas Gerais não possui um sistema oficial de informações e indicadores culturais que possa fornecer dados de demanda verdadeiros e completos.

Jussara Braga: argumentou que os dados de "demanda" da PNAB são incompletos e distorcidos, e não representam a real necessidade dos setores artísticos reforçou que a demanda é impactada pela operacionalização dos editais e pelas falhas sistêmicas da Secretaria, não sendo um indicador conclusivo, enfatizou que a lógica da cultura não deve ser puramente

empresarial ("se tem demanda, tem dinheiro").

Conselheiros expressaram o desejo de uma distribuição mais equitativa.

Carlos Alexandre: defendeu o cenário de igualdade para fomentar a descentralização e a diversidade cultural

Thaynã Paes: sugeriu cotas mínimas para os setores.

Andressa Gonçalves: propôs "editais guarda-chuva" baseados nos eixos da PNAB (criação, circulação, formação, memória) para que todos os segmentos pudessem acessar, e reiterou que os dados de demanda para museus estavam incorretos por não considerarem a transversalidade da memória.

Aryanne Ribeiro: demonstrou insatisfação com o audiovisual que não foi contemplado no primeiro ciclo da PNAB. Propõe uma distribuição de recursos que considera dados de fomento anteriores, buscando um percentual de aplicação de aproximadamente 29% para o audiovisual, obtido por uma média de dados já aplicados, além da transversalidade.

Eni Carajá: defendeu a transversalidade e a inclusão de indígenas no fomento audiovisual.

Platinny Paiva: argumentou que o patrimônio cultural material e imaterial não estava totalmente contemplado na proposta de distribuição, solicitou que o conselho avalie esse processo de redistribuição, pois diversas partes do patrimônio cultural não estão incluídas

Maestro Cassiano: criticou o fato de que, embora muitos questionem os dados de demanda apresentados, ninguém propôs outros indicadores concretos para substituí-los, enfatizou que as decisões precisam ser tomadas com base nos dados disponíveis no momento, não em algo "etéreo" ou ainda a ser buscado.

Leandro César: defendeu a busca por uma mediação para não desamparar totalmente nenhum setor, considerou os cenários 6, 7 e 8 como os mais adequados, pois trabalham com os dados disponíveis e buscam uma redistribuição mais equilibrada.

Marina Azze: questionou se a conclusão é que os dados de demanda não são precisos, não há motivo para continuar baseando a distribuição neles. Criticou a disparidade na distribuição e defendeu que a distribuição deveria ser mais "homogênea" e "sadia", buscando um "equilíbrio" entre as cadeiras.

Rodrigo Robleño: defendeu que a demanda é, sim, um critério válido e um dos elementos mais "factíveis" disponíveis para a discussão e construção de políticas públicas, reforçou a ausência de alternativas comprovadas.

Leandro César: expressa frustração com a falta de participação e posicionamento dos conselheiros do poder público durante o debate, especialmente antes da votação.

Pedro Pizelli e Rodrigo Robleño: questionaram a "blindagem" do voto em bloco do poder público.

Maristela Rangel: respondeu enfatizando que o conselho é paritário e que a colaboração é mútua, convidando a sociedade civil a incluir o poder público em suas discussões paralelas.

José Oliveira Júnior: apresenta a reorganização das propostas para a divisão dos recursos, buscando clareza para a votação, explicou que, após as discussões anteriores e a apresentação de 8 cenários, as opções foram agrupadas em 4 alternativas para votação:

Alternativa A (Cenário 3): Uma média entre a distribuição baseada na demanda e a divisão igualitária

Alternativa B (Média dos Cenários 4 e 5): Resultante de sugestões anteriores da plenária que agrupavam segmentos em patamares

Alternativa C (Cenário 6): Uma proposta da própria SECULT que considera a demanda de leis anteriores como Lei Aldir Blanc (LAB) e Lei Paulo Gustavo (LPG), além da PNAB

Alternativa D (Média dos Cenários 7 e 8): Resultante de propostas enviadas individualmente por conselheiros (Rodrigo Robleño e Aryane Ribeiro).

A votação foi realizada via chat.

Resultados da Votação:

Cenário A: 0 votos.

Cenário B: 14 votos.

Cenário C: 4 votos.

Cenário D: 5 votos.

O Cenário B foi o vencedor da votação.

Houve protestos e reflexões sobre o resultado, principalmente referente ao poder público.

Leandro César e Jussara Braga: manifestaram-se sobre o fato de o cenário vencedor (Letra B) ter sido pouco debatido na reunião e ter ganhado a maioria dos votos do poder público, cujos membros não participaram ativamente do diálogo.

Rodrigo Robleño: reforçou que o questionamento não era sobre o resultado em si, mas sobre os "modus operandi" e a falta de diálogo equitativo.

José Oliveira Junior: pontuou que os votos da sociedade civil foram divididos, enquanto os do

poder público foram unificados, sugerindo a importância da articulação.

José Oliveira Junior explicou os próximos passos:

Uma planilha será enviada aos conselheiros com os valores definidos para cada segmento, para que trabalhem internamente na distribuição dos recursos. As categorias serão: criação/ produção/ manutenção/ montagem, circulação/ intercâmbio/ residência, formação/ capacitação, mostras/festivais, promoção da memória e trajetórias populares.

Foram definidos valores mínimos para algumas ações, como R\$ 70.000 para circulação e R\$ 50.000 para criação e promoção da memória. Os segmentos terão autonomia para ajustar internamente, desde que respeitem o valor total e as categorias propostas.

Platinny: solicitou que o termo "Patrimônio Cultural" fosse incluído na linha "Grupos de Cultura Populares e Tradicionais" na planilha, o que foi aceito.

Maristela Rangel: comprometeu-se a levantar as pendências de readequação de projetos do FEC e dar um retorno.

Maria Luiza Reis: esclareceu questões sobre os recursos da PNAB ciclo 1. Informou que os relatórios de resultados de recursos foram regulamentados na plataforma e que o chamamento de suplentes segue o edital.

Houve questionamentos sobre saldos de recursos do ICMS e atrasos na Secretaria de Fazenda para a Lei de Incentivo à Cultura.

Maristela Rangel: explicou que a Fazenda tem prazo de 15 dias para análise e que a SECULT monitora e busca agilizar os processos, mas também depende da agilidade dos proponentes, prometeu verificar o saldo para a próxima reunião presencial. O link para o painel de dados do MinC sobre rendimentos da PNAB foi disponibilizado no chat.

Houve uma discussão sobre a atualização da lista de conselheiros no site da SECULT e a importância da presença em reuniões para a participação democrática.

Matheus Rufino foi formalmente apresentado como assessor do audiovisual na SECULT e seu trabalho foi elogiado.

Presidente Maristela Rangel: encerrou a 48ª Reunião Extraordinária do CONSEC, reforçando a importância do debate respeitoso e da colaboração entre o poder público e a sociedade civil para a construção da política cultural.

Reunião encerrada.

Link da gravação da reunião: <https://youtu.be/TIz6XZ1I-gk?feature=shared>



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Ribeiro Batista, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Coutinho Azze, Cidadão**, em 10/07/2025, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HENRIQUE LEMOS REIS, Usuário Externo**, em 11/07/2025, às 06:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Cidadão**, em 11/07/2025, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Márcio Nascimento Pizelli, Usuário Externo**, em 14/07/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116396130** e o código CRC **7A8396F1**.

Referência: Processo nº 1410.01.0004121/2024-05

SEI nº 116396130